

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL TÉCNICO
EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Cansei-me de ser moderno. Quero ser eterno."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA **NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

**PROCESSO SELETIVO PARA CONCESSÃO DE BOLSAS
DE ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO
A ESTUDANTES DE NÍVEL SUPERIOR E DE NÍVEL TÉCNICO
EM UNIDADES E ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

ADMINISTRAÇÃO

01. A prova terá duração de 2 (duas) horas, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.
02. A prova objetiva deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha.
03. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 40 (quarenta) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

Conteúdo	Nº de questões
POLÍTICAS PÚBLICAS DO SUS	10
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS PARA O CURSO	30

04. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no cartão-resposta, com caligrafia usual, para posterior exame grafológico.

"Cansei-me de ser moderno. Quero ser eterno."

05. Em hipótese alguma haverá substituição do cartão-resposta por erro do candidato.
06. O telefone celular desligado e demais pertences não permitidos deverão permanecer acondicionados em saco de segurança devidamente lacrado, desde o momento da entrada na sala de prova até a saída do candidato do estabelecimento de realização da mesma.
07. O candidato cujo aparelho celular ou outro equipamento, mesmo que acondicionado no saco de segurança e debaixo de sua carteira, venha a tocar, emitindo sons de chamada, despertador etc., **SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.**
08. Será vedado ao candidato, dentro da sala de realização da prova, independentemente, do início da prova:
 - a) o uso de lupas, óculos escuros, protetores auriculares ou quaisquer acessórios de cobertura para cabeça, tais como: chapéu, boné, gorro etc. salvo se autorizado, previamente pela Gerência de Recrutamento e Seleção, conforme estabelecido no edital regulamentador do certame;
 - b) o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie entre os candidatos;
 - c) a consulta a qualquer material (legislação, livros, impressos, anotações, jornal e revista);
 - d) o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
09. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais ou emitam sons e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
10. Não será permitido ao candidato fumar conforme determinado no art. 49 da Lei Federal nº 12.546/2011.
11. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato, ainda que tenha desistido do certame, poderá entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita** e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões.
12. Não será permitida, em hipótese alguma, a cópia das marcações efetuadas no cartão-resposta.
13. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
14. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado a prova.
15. O FISCAL DE SALA **NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
16. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - D.O. Rio, no segundo dia útil após a realização da prova, estando disponível também, no site <http://prefeitura.rio/web/portaldeconcursos>.

POLÍTICAS PÚBLICAS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

01. As competências do Sistema Único de Saúde (SUS) estão definidas no artigo 200 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e incluem, entre outras, a:
- (A) colaboração na proteção do meio ambiente
 - (B) elaboração centralizada da política de saneamento básico
 - (C) exclusividade na formação de recursos humanos na área da saúde
 - (D) delegação à iniciativa privada do desenvolvimento científico e tecnológico
02. Um usuário buscou na internet uma unidade básica de saúde para receber a vacina contra a Covid-19. Ele foi atendido pelo agente comunitário e, após checagem para conferir se estava apto a receber a vacina, foi encaminhado à sala de vacinação. Depois de ser vacinado, foi orientado sobre a unidade básica de saúde de referência de seu endereço residencial, para que a equipe de saúde responsável pudesse realizar seu cadastro. As duas ações descritas – acolhimento e referenciamento – retratam, respectivamente, os seguintes princípios do SUS (artigo 7º da Lei nº 8.080/1990):
- (A) integralidade de assistência e igualdade de assistência
 - (B) participação da comunidade e capacidade de resolução dos serviços
 - (C) universalidade de acesso e regionalização da rede de serviços de saúde
 - (D) utilização da epidemiologia para o estabelecimento de prioridades e direito à informação
03. Conforme artigo 1º da Lei nº 8.142/1990, a representação dos usuários nos Conselhos de Saúde e Conferências, em relação ao conjunto dos demais segmentos será:
- (A) paritária
 - (B) minoritária
 - (C) majoritária
 - (D) inexistente
04. Conforme o artigo 18 da Lei nº 8.080/1990, a execução de serviços de vigilância epidemiológica, de vigilância sanitária, de alimentação e nutrição, de saneamento básico, de saúde do trabalhador e de saúde bucal, compete:
- (A) à direção estadual do SUS
 - (B) à direção nacional do SUS
 - (C) à direção municipal do SUS
 - (D) ao Conselho Nacional de Saúde
05. Durante o mês de setembro, foram realizadas em uma unidade básica de saúde, algumas atividades com os usuários, destinadas à prevenção do suicídio e à valorização da vida, como parte da campanha do “Setembro Amarelo”. O quadro descrito expressa:
- (A) uma atividade específica das políticas e programas de saúde do trabalhador, no campo da saúde mental
 - (B) um dos objetivos do SUS, através da assistência às pessoas por intermédio de atividades preventivas
 - (C) a importância das ações de reabilitação no SUS integradas ao cenário epidemiológico da localidade
 - (D) um dos campos de atuação do SUS, por meio da assistência social e farmacêutica integral
06. A Lei nº 8.080/1990 estabelece, entre outras medidas, que: (I) os municípios poderão constituir consórcios para desenvolver em conjunto as ações e os serviços de saúde que lhes corresponda; (II) os recursos financeiros do Sistema Único de Saúde (SUS) serão depositados em conta especial, em cada esfera de sua atuação. Os itens I e II se referem, respectivamente:
- (A) às diretrizes do SUS e à gestão financeira do SUS
 - (B) à organização nacional do SUS e à gestão administrativa do SUS
 - (C) à organização, direção e gestão administrativa do SUS e às diretrizes do SUS
 - (D) à organização, direção e gestão administrativa do SUS e à gestão financeira do SUS
07. É CORRETO afirmar sobre o Sistema Único de Saúde (SUS) que:
- (A) a assistência à saúde no SUS é proibida à iniciativa privada
 - (B) o SUS não prevê a admissão de agentes comunitários de saúde
 - (C) o SUS tem como uma de suas diretrizes a centralização em cada esfera de governo
 - (D) as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada
08. Modalidade de prestação de serviços de saúde a distância, por meio da utilização das tecnologias da informação e da comunicação, que envolve, entre outros, a transmissão segura de dados e informações de saúde, por meio de textos, de sons, de imagens ou outras formas adequadas. De acordo com a Lei nº 8.080/1990, essa definição refere-se a:
- (A) telessaúde
 - (B) interconsulta
 - (C) consulta de pré-natal
 - (D) atendimento domiciliar

09. Conforme o artigo 4º da Lei nº 8.142/1990, para receberem os recursos para cobertura das ações e serviços de saúde a serem implementados, os Municípios, Estados e o Distrito Federal deverão contar, entre outras exigências, com: I: Fundo de Saúde; II: Conselho de Saúde; III: plano de saúde; IV: relatórios de gestão. Estão **CORRETAS** as sentenças:
- (A) I, II e III
 - (B) I, II e IV
 - (C) II, III e IV
 - (D) I, II, III e IV
10. Sobre o Conselho de Saúde, de acordo com o artigo 1º da Lei nº 8.142/1990, é correto afirmar que:
- (A) é um órgão colegiado de caráter permanente e deliberativo
 - (B) é composto apenas por representantes do governo e usuários
 - (C) reúne-se a cada quatro anos para avaliar a situação de saúde
 - (D) atua na execução da política de saúde na instância correspondente

CONTEÚDO COMUM - ADMINISTRAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. A moralidade é um princípio constitucional que deve ser seguido por todos. No entanto, para que possa ser seguido, inicialmente deve ser compreendido. Em Arantes (2013), a moral é definida como:
- (A) um conjunto de normas e regras destinadas a regular as relações dos indivíduos em uma dada comunidade social (RIOS, 2011)
 - (B) a teoria, investigação ou explicação de um tipo de ação humana ou forma de comportamento dos homens (VÁZQUEZ, 2005)
 - (C) o estudo dos fatos sociais, ou seja, relações entre agentes historicamente definidos que leva ao conhecimento científico dos fatos (SROUR, 2011)
 - (D) o motivo que leva os agentes sociais a tomarem esta ou aquela decisão, orientados por estes ou aqueles valores e interesses (SROUR, 2011)
12. A realização do concurso público para bolsista da SMS é uma forma de seleção que garante um princípio administrativo definido pela Constituição Federal do Brasil. O princípio que indica que o concurso público não pode ser voltado especialmente à determinada pessoa é a:
- (A) moralidade
 - (B) publicidade
 - (C) impessoalidade
 - (D) eficiência

13. Sobre cargos, empregos e funções públicas, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) cargos públicos são criados por lei, com denominação própria e remuneração paga pelos cofres públicos
 - (B) empregos públicos não são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho e, portanto, podem ser criados e extintos livremente pela administração
 - (C) cargos públicos podem ser criados por ato próprio do Chefe do Executivo
 - (D) a nomeação para cargo público efetivo é ato discricionário e não exige concurso público
14. A SMS tem se deparado com situações, como a do Sr. João, que se negou a tomar a vacina durante a campanha de vacinação. Considerando as diferenças conceituais propostas por Lopes (2010), é correto afirmar que a ação do Sr. João fere questões:
- (A) legais
 - (B) morais
 - (C) éticas
 - (D) regulamentares
15. A ética e a moral são utilizadas indistintamente para avaliar as mesmas ações. No entanto, segundo Lopes (2010), há diferenças entre os conceitos. Classifique as frases que expressam as diferenças conceituais, com Verdadeiro (V) ou Falso (F) e, a seguir, identifique a sequência **CORRETA**:
- I. A moral é prática e a ética é teórica
 - II. A moral é a ação e a ética é a explicação da ação
 - III. A moral é específica e a ética é geral
- (A) I – F; II – V; III – V
 - (B) I – V; II – F; III – V
 - (C) I – V; II – V; III – V
 - (D) I – V; II – V; III – F
16. A ética e a responsabilidade social devem andar juntas, pois todas as questões éticas são sensíveis às preocupações com o indivíduo e aos interesses da sociedade. Nesse sentido, uma organização que, por um lado, não respeita os contribuintes; por outro, desenvolve programas sociais no seu município, é considerada:
- (A) apenas com ética
 - (B) apenas com responsabilidade social
 - (C) com ética e com responsabilidade social
 - (D) sem ética e sem responsabilidade social
17. De acordo com Parra (2013), "a ética tem por objetivo estudar os valores e princípios que a empresa irá adotar, a fim de decidir sobre o certo e o errado na sua conduta e na forma de tomar as suas decisões". Segundo Santos, Benedito e da Silva (2017), os instrumentos que podem ser usados para a implementação de uma conduta ética nas organizações são:
- (A) o Código de Ética e a ISO 26000
 - (B) a ISO 9001 e o Planejamento Estratégico
 - (C) o Planejamento Tático e o Regimento Interno
 - (D) a Lei de Diretrizes e a Constituição Federal

18. O Decreto nº 13319 de 20 de outubro de 1994 instituiu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Municipal, nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta. Em relação à Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo Municipal, é **CORRETO** afirmar que:
- (A) os preceitos éticos inscritos no Código de Ética Profissional do Servidor Público substituem os deveres e proibições constantes do Estatuto do Funcionalismo Público do Poder Executivo Municipal e os princípios administrativos constitucionais
 - (B) a função pública deve ser tida como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada servidor público. Assim, os fatos e atos verificados na conduta do dia a dia em sua vida privada poderão crescer ou diminuir o seu bom conceito na vida funcional
 - (C) o servidor público não poderá jamais desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim, não terá que decidir entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas somente entre o ético e o não ético
 - (D) toda ausência injustificada do servidor de seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas. No entanto, não é uma questão que deve ser avaliada sobre o ponto de vista ético
19. O bolsista, que está no início da sua vida profissional, tem procurado estágios que ofereçam uma bolsa-auxílio. A ideia de que pessoas possam ser motivadas por incentivos econômicos e financeiros é própria:
- (A) dos fatores motivacionais, de Herzberg
 - (B) das necessidades de status, de Maslow
 - (C) da Teoria X, de McGregor
 - (D) do processo prescritivo, de Simon
20. Um bolsista, ao ingressar no estágio da SMS, procura principalmente o desenvolvimento profissional, a bolsa-auxílio e a interação ou amizade com os servidores e demais profissionais do local de trabalho. Para Maslow, na Teoria da Hierarquia das Necessidades, o bolsista que procura aspectos como interação e amizade visa satisfazer as necessidades:
- (A) sociais
 - (B) de status
 - (C) fisiológicas
 - (D) de estima
21. O Gabinete do Prefeito contratou uma consultoria para realizar um planejamento para toda a SMS. Além da consultoria, participaram da construção a cúpula dessa Secretaria, produzindo objetivos considerados de longo prazo e alinhados à Agenda 2030. Um exemplo desses objetivos é "reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos". Esse planejamento é:
- (A) tático
 - (B) estratégico
 - (C) operacional
 - (D) orçamentário
22. Foi solicitado a um gestor da SMS que realizasse um planejamento de duração de um mês para o abastecimento de uma única farmácia da rede. Esse planejamento tinha que ter o detalhamento e a quantidade de todos os medicamentos que seriam repostos. Pelas características descritas, é possível identificar que esse planejamento é:
- (A) tático
 - (B) operacional
 - (C) estratégico
 - (D) financeiro
23. O gerenciamento da qualidade trouxe de outras áreas do conhecimento uma série de técnicas ou ferramentas. A ferramenta que pode ser utilizada pelo gestor da SMS para tornar as estruturas organizacionais mais enxutas, com menos níveis hierárquicos e reduzindo os serviços ao essencial é o:
- (A) *downsizing*
 - (B) *outsourcing*
 - (C) *just-in-time*
 - (D) *empowerment*
24. De acordo com Chiavenato (2020), o processo de agregar pessoas é composto pelas atividades de recrutamento e seleção. Na administração pública, o recrutamento e a seleção podem ser caracterizados pelos seguintes instrumentos, respectivamente:
- (A) prova e exame médico
 - (B) análise de currículo e edital
 - (C) edital e prova
 - (D) entrevista e análise de currículo
25. Em um mundo contemporâneo em que se valoriza o trabalho em equipe, um dos principais papéis do administrador público é fazer a gestão das pessoas. Nesse sentido, é **CORRETO** afirmar que uma das macrotendências da gestão de pessoas é:
- (A) preservar o nome da área que cuida da gestão de pessoas como "Administração de Recursos Humanos", por ser uma marca já conhecida e consolidada na administração pública
 - (B) realizar o *downsizing* da gestão de pessoas, tomando a área maior para corresponder ao seu novo *status* estratégico
 - (C) deixar de ser uma área de assessoria interna para tornar-se uma área de prestação de serviços de gestão de pessoas aos demais órgãos da Secretaria
 - (D) transferir as decisões e ações da área de gestão de pessoas para os gerentes das demais áreas da organização
26. Diferentemente da administração privada, em que o administrador de empresas pode fazer tudo o que a lei não proíbe, o administrador público só pode agir quando a atividade administrativa for autorizada por lei. Essa forma de atuação da administração pública é denominada como o princípio da:
- (A) eficiência
 - (B) legalidade
 - (C) publicidade
 - (D) impessoalidade

27. Um cidadão, ao pedir pela ouvidoria para verificar a lista dos plantonistas de um dos grandes hospitais de emergência do município, foi informado pela SMS que essa é uma informação pública, disponível no site da Secretaria. Esse direito de petição, pelo qual os indivíduos podem dirigir-se aos órgãos públicos para formular qualquer tipo de postulação, é um instrumento que toma concreto o princípio administrativo da:
- (A) impessoalidade
 - (B) publicidade
 - (C) moralidade
 - (D) eficiência
28. O "processo" pode ser definido como a relação jurídica integrada por algumas pessoas, que nela exercem várias atividades direcionadas para determinado fim. A subcategorização do processo deve fundamentar-se na natureza da função estatal básica que nele é exercida. Em relação ao processo administrativo, quando se tem conflito, a relação entre as partes envolvidas é:
- (A) bilateral
 - (B) trilateral
 - (C) unilateral
 - (D) plurilateral
29. O processo administrativo deve observar diversos princípios. Dentre esses princípios, encontra-se o da razoabilidade, que é definido como "a congruência lógica entre as situações postas e as decisões administrativas". Quando a falta de razoabilidade se baseia em uma situação na qual o administrador tenha como objetivo algum interesse particular, violado estará o princípio da:
- (A) eficiência
 - (B) proporcionalidade
 - (C) legalidade
 - (D) impessoalidade
30. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diante da necessidade de acelerar o processo seletivo para contratações, implementaram obrigatoriamente a modalidade de licitação denominada pregão, preferencialmente na forma eletrônica, somente para a aquisição de bens e serviços:
- (A) singulares
 - (B) específicos
 - (C) essenciais
 - (D) comuns
31. Um novo órgão público é criado para gerenciar recursos hídricos, personalidade jurídica própria dentro da estrutura administrativa do Ministério do Meio Ambiente, é definido como:
- (A) autarquia especial, com personalidade jurídica de direito público
 - (B) empresa pública, operando no setor de recursos hídricos
 - (C) fundação pública de direito privado
 - (D) órgão público integrante da estrutura da Administração Direta
32. Restos a pagar foram definidos pela Lei nº 4.320/64, em seu artigo 36, no Título IV – Do Exercício Financeiro. Restos a pagar são:
- (A) todas as despesas geradas em exercício atual ou anterior, empenhadas ou não, mas não pagas até 31 de dezembro
 - (B) todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até 31 de dezembro
 - (C) todas as despesas autorizadas em exercício atual ou anterior, empenhadas ou não, mas não pagas até 31 de dezembro
 - (D) apenas as despesas correntes regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas até 31 de dezembro
33. A classificação da despesa orçamentária por natureza compreende a categoria econômica composta por dois tipos: 1 – despesas correntes e 2 – despesas de capital. Em relação aos tipos de despesas orçamentárias, a opção CORRETA é:
- (A) compra de equipamentos é um elemento de despesa de capital, e pagamento de passagens é um elemento de despesa corrente
 - (B) compra de materiais (consumo ou permanente) é um elemento de despesa de capital, e pagamento de auxílio financeiro à estudantes é um elemento de despesa corrente
 - (C) pagamento de diárias é um elemento de despesa de capital, e aquisição de imóveis é um elemento de despesa corrente
 - (D) obras e instalações são elementos de despesa de capital, e aquisição de imóveis é um elemento de despesa corrente
34. Balanço patrimonial é um relatório contábil que demonstra, com valores e classificações, em uma determinada data, quanto de patrimônio a empresa possui. A afirmação INCORRETA referente aos elementos do balanço patrimonial é:
- (A) tanto o ativo quanto o passivo podem ser classificados como circulantes ou permanentes
 - (B) o ativo corresponde aos bens e direitos da empresa, ou seja, todos os valores que ela possui em caixa, conta bancária, aplicações, valores que ainda possui a receber de clientes, estoques, máquinas e equipamentos, entre outros
 - (C) impostos federais, estaduais e municipais são classificados como ativos no balanço patrimonial
 - (D) o passivo compreende as obrigações para com terceiros, como, por exemplo, o pagamento de fornecedores, funcionários, impostos e empréstimos com bancos
35. Patrimônio líquido é a diferença entre os ativos e os passivos, ou seja, demonstra a subtração entre os bens e direitos que uma empresa possui em relação às suas obrigações. Assinale o item que NÃO é componente do patrimônio líquido:
- (A) o capital social
 - (B) a reserva de capital
 - (C) a ação da empresa
 - (D) o título negociável de longo prazo

36. No contexto do Direito Administrativo, o Princípio da Legalidade é entendido como:
- (A) a administração pública pode fazer tudo aquilo que a lei não proíbe
 - (B) a administração pública está restrita apenas às decisões judiciais
 - (C) a administração pública deve agir conforme a lei e somente nos limites que ela autoriza
 - (D) a administração pública pode atuar com base em entendimentos doutrinários mesmo contra disposições legais
37. Na concessão de serviços públicos, o equilíbrio econômico-financeiro deve ser mantido:
- (A) somente no caso de mudanças legislativas que afetam diretamente os custos operacionais
 - (B) exclusivamente a pedido do concessionário, sem consideração das condições do mercado
 - (C) apenas quando há alteração na demanda do serviço, sem relação com os custos
 - (D) para assegurar a continuidade e eficiência do serviço, ajustando as tarifas conforme variações significativas de custo
38. O Princípio da Impessoalidade na Administração Pública significa que:
- (A) os atos e procedimentos devem ser realizados visando ao interesse público, sem favorecimento ou perseguição pessoal
 - (B) a administração deve priorizar os interesses individuais dos administradores
 - (C) os atos administrativos podem ser realizados com base em critérios pessoais
 - (D) a publicidade dos atos administrativos é opcional
39. No âmbito do Direito Administrativo, o direito de petição garante ao cidadão:
- (A) a possibilidade de apresentar reclamações apenas em instâncias judiciais
 - (B) o direito de petição exclusivo para assuntos de natureza privada
 - (C) o direito de requerer aos poderes públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidades ou abuso de poder
 - (D) a limitação do direito de petição aos casos expressamente previstos em lei
40. O controle judicial sobre os atos administrativos:
- (A) limita-se à avaliação da legalidade, excluindo questões de mérito administrativo
 - (B) é exercido pelo Poder Judiciário e abrange a legalidade e a legitimidade dos atos
 - (C) é realizado exclusivamente pelos tribunais de contas
 - (D) não abrange atos discricionários